

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR E DA ESCOLA NO COMBATE A PRÁTICA DO BULLYING ESCOLAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

THE PERFORMANCE OF THE TEACHER AND THE SCHOOL DOES NOT FIGHT THE PRACTICE OF SCHOOL BULLYING: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

Débora Ferreira Galvão¹
Universidade Federal do Tocantins

Janaína Santana da Costa²
Universidade Federal do Tocantins

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo apresentar como professores e escolas podem atuar no combate a prática do bullying em ambientes escolares. A metodologia de pesquisa se caracteriza como uma revisão bibliográfica com o levantamento de dados científicos e a sistematização das informações são oriundas de legislações aplicáveis e produções científicas publicadas de 2016 até 2021 indexadas em variadas bases de dados e periódicos. O bullying é um fenômeno social diretamente interligado com questões sociais que tem seu reflexo no ambiente escolar. Para combater o bullying a escola deve promover ações informativas a respeito do que é, como se manifesta e como combater a prática do bullying no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Combate ao bullying. Bullying. Violência escolar. Formação de professores

ABSTRACT

This research aims to present how teachers and schools can act to combat the practice of bullying in school environments. The research methodology is characterized as a bibliographic review with the collection of scientific data and the systematization of information that come from applicable legislation and scientific productions published from 2016 to 2021 indexed in various data bases and journals. Bullying is a social phenomenon directly linked to social that are reflected in the school environment. In order to combat bullying, the school must promote informative actions regarding what it is, how it manifest and combat the practice of bullying in daily school life.

Keywords: Combating bullying. Bullying. School violence. Teacher training

¹ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins. Campus de Arraias. E-mail: debora.galvao@mail.uft.edu.br

² Doutora pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora Adjunta da Universidade Federal (UFT). Campus de Arraias, Tocantins. ORCID ID: <http://lattes.cnpq.br/8513785193151221>. Lattes: <https://orcid.org/0000-0003-2169-3523>. E-mail: janaína.costa@mail.uft.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

É importante aos educadores identificar o bullying no ambiente escolar, pois mesmo que jogos de ofensas entre os jovens sejam corriqueiros, não se pode ignorar as manifestações de violência, seja na sala de aula ou fora dela. Humilhação e ataques contra a dignidade humana não podem ser confundidos com brincadeiras, sendo a opressão a principal característica do bullying. Cabe ao educador encontrar uma perspectiva pedagógica que permita lidar com os problemas sociais, de forma interdisciplinar; e que colabore na necessidade social de combater a violência escolar e o bullying (SILVA; MOTA; CAMPOS, 2019).

No meio acadêmico, o bullying é cada vez mais estudado. Este passou a ser um tema discutido pelas sociedades, normalmente em resposta a tragédias que tiveram na sua origem esse tipo de violência premeditada, contínua e exercida pelas vítimas. Já se sabe que o bullying escolar, sobretudo quando em crianças e adolescentes, está associado a patologias e a problemas emocionais, psicológicos e até físicos na fase adulta (VENTURA; VICO; VENTURA, 2016).

O termo bullying ultimamente tem sido usado para relacionar todo ato de intimidação sistemática ocorrida entre pares em ambientes sociais, como: escola, clube, trabalho e, até mesmo, na família. Embora não seja um fenômeno novo, pois é do conhecimento comum, que sempre existiu dentro da escola, o termo pertence à língua inglesa, passou a ser usado no Brasil recentemente. Esse tema tem sido objeto de estudos acadêmicos, sendo que esse vocábulo só se tornou conhecido no Brasil por conta dos estudos acadêmicos iniciados, nos Estados Unidos, nos anos 1970 (SILVA; MOTA; CAMPOS, 2019).

Bullying é um fenômeno social complexo, inerente à condição humana. Uma etapa muito importante na prevenção e combate a este tipo de violência em meio escolar é a compreensão clara do conceito por toda a comunidade educativa e a sua distinção relativamente a outros comportamentos, nomeadamente a indisciplina e a violência fortuita (VENTURA; VICO; VENTURA, 2016). Assim, estudos que abordam o bullying no universo escolar são fundamentais, visto que podem ampliar o conhecimento dessa temática e contribuir para políticas de combate e prevenção deste fenômeno que tem sido considerado um problema de saúde pública (MENEGOTTO; MACHADO, 2018).

Nessa perspectiva, essa pesquisa tem como objetivo geral apresentar como professores e as escolas podem atuar no combate a prática do bullying em ambientes escolares. Foram definidos os seguintes objetivos específicos: definir conceitos sobre bullying; apresentar em quais situações o bullying acontece no ambiente escolar; levantar a legislação sobre bullying,

verificar quais as consequências do bullying na vida de crianças e jovens e por fim, descrever as intervenções que a escola e os professores devem fazer quando vislumbrarem casos de bullying escolar.

A hipótese norteadora desta pesquisa é a de que professores podem colaborar no combate a prática do bullying escolar. O problema de pesquisa se encontra em descobrir como professores podem colaborar para coibir a prática de bullying nas escolas?

Estudos apontam que indivíduos que sofreram algum tipo de agressão na infância, mesmo que em curto prazo, são mais propensos ao abandono escolar e em longo prazo, são mais propensos a sofrer de bloqueios psicológicos, perturbações mentais na vida adulta, terem maior dificuldade de se relacionar com outras pessoas, autoestima baixa e a mais preocupante de todas as consequências do bullying – tornam-se mais propensos a cometer suicídio (ZEQUINÃO et al., 2016). Nesse sentido, Ventura, Vico e Ventura (2016, p. 1004) apontam que “o sofrimento causado pelo bullying é apontado como uma das principais causas de suicídio de crianças, adolescentes e jovens”.

Falar sobre bullying e suas consequências é uma questão importante e urgente, sobretudo no ambiente escolar, por ser este um dos espaços mais importantes para a socialização das crianças e dos jovens e o segundo ambiente de convívio depois do familiar (DUBOB et al., 2021). O Brasil é um dos 48 (quarenta e oito) países que participaram da mais recente edição da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem, realizada entre 2017 e 2018.

Espera-se que este trabalho possa trazer contribuições ao meio acadêmico e fornecer subsídios para discussão e maior conhecimento sobre o bullying escolar, objetivando sua prevenção e enfrentamento, entre professores e alunos, com vistas a uma convivência mais democrática e respeitosa nos ambientes escolares, pois conforme aponta Ferreira (2019, p.73) “existe uma grande necessidade de se refletir acerca da problemática do bullying dentro das escolas, tendo em vista sua frequente incidência nesse espaço e como a escola está preparada para evitar e combater os efeitos desse fenômeno”.

Este artigo está estruturado em introdução; metodologia; fundamentação teórica, na qual serão discutidos conceitos, apresentada as consequências do bullying na vida de crianças e jovens, exposta a legislação brasileira e definidas as atribuições das escolas e professores no combate ao bullying e por fim, as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Com base nos procedimentos técnicos utilizados, esta pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, que para Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Sob o ponto de vista dos seus objetivos, esta pesquisa é classificada como descritiva, pois para Gil (2002), são incluídas neste grupo, as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população, sendo objetivo primordial desse tipo de pesquisa “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42).

O levantamento de dados científicos e a sistematização das informações são oriundas de legislações aplicáveis e produções científicas publicadas de 2016 até 2021, no idioma português, indexadas nas bases de dados e periódicos apresentados no Quadro 1. A inclusão de textos apenas em português, se dá em virtude de existirem publicações nessa língua suficientes para atender ao escopo dessa pesquisa.

Os argumentos e os fatos que sustentaram este trabalho foram recuperados a partir das palavras chaves: bullying, combate ao bullying, violência escolar e formação de professores que utilizadas como descritores foram a ferramenta apropriada para garantir o acesso às informações corretas e garantir que as buscas fornecessem fontes bibliográficas de conhecimento científicos adequados.

O ano, autores, título do trabalho, base de dados ou periódico, metodologia e objetivo geral das publicações científicas utilizadas nesse trabalho, estão apresentados de forma resumida no Quadro 1

Quadro 1 - Seleção e caracterização dos trabalhos revisados.

N.	Ano	Autores	Título do trabalho	Periódico/ base de dados	Metodologia	Objetivo geral
01	2021	DUBOC et al.	<i>Bullying</i> e desempenho escolar: leituras e compreensões.	Olhares.	Pesquisa bibliográfica.	Analisar a compreensão de professores sobre o <i>bullying</i> .
02	2021	SANTOS et al.	O <i>bullying</i> na primeira infância: revisão integrativa da literatura.	Educação especial	Pesquisa bibliográfica.	Identificar evidências científicas sobre as repercussões do <i>bullying</i> na primeira infância.

03	2021	SILVA.	<i>Bullying</i> e seus reflexos no ambiente escolar.	Ilustração	Pesquisa bibliográfica.	Compreender o <i>bullying</i> como fenômeno social que está diretamente interligado com a sociedade.
04	2021	SILVA et al.	Percepção de professores acerca do <i>bullying</i> .	Olhares	Pesquisa de campo.	Entender a percepção dos docentes sobre o <i>bullying</i> , analisando a definição atribuída por eles, como identificam os casos e como caracterizam o perfil dos alunos que ocupam o papel de vítimas e agressores.
05	2021	SOARES et al.	<i>Bullying</i> na Escola: brincadeira ou agressão?	SCIELO	Pesquisa bibliográfica.	Promover o esclarecimento sobre o <i>bullying</i> e os danos físicos e/ou morais que podem ser causados às vítimas dessa prática.
06	2021	VALLE; WILLIAMS .	Engajamento Escolar: Revisão de Literatura Abrangendo Relação Professor-Aluno e <i>Bullying</i>	SCIELO	Pesquisa bibliográfica.	Analisar a influência da relação professor-aluno e do envolvimento em <i>bullying</i> no engajamento escolar dos alunos.
07	2020	DEL PONTI; MORAES; DEL PRETTE.	<i>Bullying</i> e habilidades sociais educativas: avaliação dos professores e alunos.	SCIELO	Pesquisa de campo.	Comparar a autoavaliação dos professores com a dos estudantes envolvidos em <i>bullying</i> acerca das habilidades sociais educativas do professor.
08	2020	GRANADO et al.	Prevalência de sintomas depressivos em adolescentes agressores e vítimas de <i>bullying</i> .	BJHR	Pesquisa de campo.	Analisar e averiguar a prevalência de sintomas depressivos de acordo com os diferentes modos de envolvimento no <i>bullying</i> entre adolescentes.
09	2020	QUARANTA et al.	<i>Bullying</i> escolar: avaliação de uma intervenção realizada com professores de uma escola da capital brasileira.	SCIELO	Relato de experiência.	Comparar o efeito pré e pós intervenção realizada com os professores em uma escola de ensino fundamental.

10	2020	SOUSA; TOMASI.	<i>Bullying</i> no ensino médio: a percepção de alunos e professores.	BJD	Pesquisa de campo.	Compreender a perspectiva de professores e alunos do ensino médio, a respeito do <i>bullying</i> .
11	2019	FERREIRA .	A Produção de sentidos sobre o <i>Bullying</i> entre professores/as no cotidiano escolar.	BDTD	Pesquisa de campo.	Analisar a produção de sentidos do fenômeno <i>bullying</i> mediante as narrativas produzidas nos Círculo Dialógicos Investigativo-formativo por professores/as de uma escola municipal de Alegrete/RS.
12	2019	SILVA; MOTA; CAMPOS.	<i>Bullying</i> e Processos de Escolarização: Diálogos e Perspectivas Pedagógicas.	REECH	Pesquisa de campo.	Levantar a atuação, na perspectiva pedagógica, no combate ao <i>bullying</i> .
13	2018	MENEGOTTO; MACHADO.	<i>Bullying</i> escolar na perspectiva dos professores.	SCIELO	Pesquisa de campo.	Discutir a concepção de <i>bullying</i> escolar, na perspectiva de professores de uma escola privada da região sul do Brasil.
14	2018	YUNES; FERNANDES; WESCHENFELDER.	Intervenções psicoeducacionais positivas para promoção de resiliência: o profissional da educação como tutor de desenvolvimento.	PUC RS	Pesquisa bibliográfica.	Refletir acerca do papel dos educadores em iniciativas de intervenções psicoeducacionais positivas nas situações caracterizadas por riscos psicossociais.
15	2017	FERNANDES; YUNES; TASCHETTO.	<i>Bullying</i> no ambiente escolar: o papel do professor e da escola como promotores de resiliência.	RSH	Relato de experiência.	Provocar reflexões sobre o <i>bullying</i> escolar, definido como prática violenta intencional praticada entre pares.
16	2016	VENTURA; VICO; VENTURA .	<i>Bullying</i> e formação de professores: contributos para um diagnóstico.	SCIELO	Pesquisa bibliográfica.	Averiguar a relação entre teoria e práticas dentre os cursos de formação de docentes de universidades públicas.
17	2016	TREVISOL; CAMPOS.	<i>Bullying</i> : verificando a	SCIELO	Pesquisa de campo.	Analisar a compreensão que professores possuem acerca

			compreensão dos professores sobre o fenômeno no ambiente escolar.			das razões promotoras do <i>bullying</i> no ambiente escolar.
18	2016	ZEQUINÃ O et al.	<i>Bullying</i> escolar: um fenômeno multifacetado.	SCIELO	Pesquisa de campo.	Descrever como ocorre o <i>bullying</i> em escolas de alta vulnerabilidade social.

Fonte: Organizado pela autora.

A seleção dos artigos para inclusão no presente estudo ocorreu em três etapas: 1) todos os artigos passaram por uma leitura inicial do título; 2) quando o título não fornecia informações suficientes sobre o estudo, o resumo do mesmo era analisado; e 3) se ainda restavam dúvidas se o material deveria ser incluído na presente revisão de literatura, o arquivo era lido na íntegra.

Nas diversas bases de dados e periódicos descritas no Quadro 1, foram baixadas quarenta e seis publicações. Após a leitura do título e resumo, foram descartadas vinte e oito pois fugiam do escopo da pesquisa. Foram selecionados por fim, dezessete artigos científicos e uma dissertação de mestrado para análise e inclusão nesse trabalho. Dessas publicações, nove, cerca de 50% eram pesquisas de campo que objetivavam descobrir a percepção de alunos e ou professores quanto ao bullying escolar, sete, cerca de 39% se tratavam de pesquisas bibliográficas e duas, cerca de 11%, traziam relatos de experiências quanto a incidência de bullying em ambiente escolar.

Compreender efetivamente o que ocorre é fundamental para que possa se combater o bullying, um tipo de violência tão comum nas escolas. Pode-se verificar que, embora bullying seja um termo amplamente falado, existem poucas pesquisas sobre o assunto. Citando como exemplo a base de dados SCIELO, no período que se propõe essa pesquisa (2016 a 2021), existem menos de 275 publicações sobre o assunto, incluindo a literatura cinzenta, quando se combinam os descritores dessa pesquisa, as publicações se limitam a menos de 20. Uma das consequências disso é a dificuldade em identificar o bullying no ambiente escolar e, conseqüentemente, uma dificuldade ainda maior em estabelecer medidas para combatê-lo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÕES

3.1 Bullying: conceitos e definições

Os primeiros relatos sobre bullying ocorreram nos países nórdicos da Europa e, teve como pioneiro o professor Dr. Dan Olweus, após o suicídio de três crianças ter sido veiculado nos meios de comunicação, tendo como causa provável os maus-tratos sofridos no ambiente

escolar por seus pares (QUARANTA et al., 2020). Dr. Olweus é reconhecido como pioneiro e fundador de pesquisas sobre problemas de bullying no ambiente escolar. Em 1970, sob o título *Agressão nas Escolas: Bullies e Chicote Boys*, ele iniciou um projeto de grande escala que é considerado como o primeiro estudo científico de bullying no mundo (GRANADO *et al.*, 2021).

O bullying é definido como uma prática violenta e intencional que causa dor, angústia e sofrimento às vítimas. Embora se manifeste em diferentes contextos, pesquisadores de todo mundo vêm estudando o bullying especificamente na escola e na relação entre os alunos (FERNANDES; YUNES; TASCETTO, 2017; GRANADO *et al.*, 2021).

O termo bullying surgiu a partir do inglês *bully*, que significa valentão, sendo utilizada para nomear o desejo consciente e deliberado de maltratar outra pessoa e colocá-la sob tensão (TREVISOL; CAMPOS, 2016). Ventura, Vico e Ventura (2016, p. 993) definem bullying como “toda a agressão verbal, física, eletrônica, virtual e/ou psicológica, exercida de maneira intencional e continuada, por um indivíduo ou grupo, num contexto de desequilíbrio de poder (real ou percebido) entre agressor(es) e vítima(s)”. O bullying sempre tem como objetivo ferir e magoar a vítima, ocorrendo principalmente de três maneiras: agressões físicas diretas; agressões verbais diretas; e agressões indiretas (ZEQUINÃO *et al.*, 2016).

A dinâmica do bullying se consolida com os sujeitos que testemunham os atos de violência. Comumente os observadores são aqueles que riem, olham a situação e não fazem nada, xingam o tempo todo, chamam mais pessoas para assistir a cena ou os que tomam a iniciativa de proteger e ajudar a vítima que está sendo agredida e, ainda, há aqueles que, ao testemunharem as agressões, procuram se afastar por sentirem medo de serem as próximas vítimas (DUBOC *et al.*, 2021).

As vítimas de bullying geralmente são alunos mais novos, têm poucos amigos, são passivos, retraídos, pouco sociáveis, inseguros, sofrem com a vergonha, medo, depressão, ansiedade e são desiludidos quanto à possibilidade de adequação ao grupo. Pessoas com deficiência física e mental, com diferentes orientações sexuais e de gênero, com deficiência congênita ou adquirida e com sobrepeso também são as principais vítimas do bullying (ZEQUINÃO *et al.*, 2016).

Já o perfil dos agressores é, geralmente, é composto por alunos mais velhos, praticam exercício físico, consomem drogas, tabaco e álcool, possuem comportamentos violentos, melhor imagem corporal, mais extroversão e segurança, confiança em si, ausência de sentimentos de medo, ansiedade ou culpa, tendem a ter uma relação ruim com os pais. Muitas

vezes são hiperativos, têm dificuldades de atenção, menor inteligência, desempenho escolar deficiente, são os principais responsáveis por levarem armas à escola, são tipicamente populares e veem sua agressividade como qualidade, podendo mostrar-se agressivos inclusive com os adultos (ZEQUINÃO *et al.*, 2016).

Há diversos papéis no envolvimento em bullying: vítimas, exclusivamente alvos das agressões; autores, exclusivamente praticam as agressões; vítimas-autores, tanto praticam quanto são alvos de agressão; e testemunhas, presenciam as situações de agressão entre os colegas, mas não participam de maneira direta (VALLE; WILLIAMS, 2021).

O bullying passou a ser pauta de discussões no meio acadêmico em resposta a tragédias que tiveram na sua origem esse tipo de violência premeditada, contínua e exercida por pares das vítimas. Estudos apontam que o bullying escolar, sobretudo em crianças menores de 10 anos, está associado a patologias e a problemas emocionais, psicológicos e até físicos na fase adulta (VENTURA; VICO; VENTURA, 2016).

O bullying nas escolas é um problema mundial, com prevalência, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), de 5% a 44% de agressores e 7% a 43% de vítimas. No Brasil, um em cada dez estudantes são diariamente vítimas de bullying. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, as escolas brasileiras são duas vezes mais propensas ao envolvimento em bullying do que a média geral de 48 países. Os estudos apontam que 60,2% das ocorrências de bullying no Brasil se dão em salas de aula (DEL PONTI; MORAES; DEL PRETTE, 2020).

Silva *et al.* (2021) argumentam que embora os estudos sobre o bullying mencionem a determinação dos aspectos culturais, os mesmos não são problematizados em sala de aula, demonstrando a aparente neutralidade do conceito que provoca uma separação entre o fato observado, sua descrição e o contexto social. Para os autores as práticas e violência nas escolas devem ser compreendidas por meio da análise social, das formas de organização e das forças objetivas da sociedade, e de como tais forças se materializam e se calcificam nos sujeitos que se desenvolvem neste meio. Os autores concluem que existe uma “proximidade entre bullying e o preconceito quando nos reportamos às relações sociais contemporâneas, impeditivas para a convivência com o diferente e que podem ameaçar a estabilidade psicológica dos indivíduos” (SILVA *et al.*, 2021, p. 173). Dessa forma será apresentada a seguir as principais incorrências geradas pelo fenômeno bullying na vida dos envolvidos.

3.2 Principais problemas e consequências do bullying

O bullying expressa diretamente a relação de poder e o desejo de destruir o próximo, ocasionando efeitos negativos em todos os envolvidos. Dessa forma, Duboc *et al.* (2021) assevera que esta situação social é propícia para o surgimento de sintomas como estresse emocional, originado da associação entre um baixo status e vitimização de ações de bullying e em alguns casos poderá trazer consequência graves para a saúde futura da vítima.

“A temática bullying apresenta crescente notoriedade no âmbito da educação bem como na saúde do adolescente. Este comportamento atinge muitos jovens no ambiente escolar e se tornou um problema internacional de saúde pública” (GRANADO *et al.*, 2021, p. 6029).

Entre as consequências do bullying para todos os envolvidos, de acordo com Sousa e Tomasi (2020), pode-se verificar desde a queda do rendimento escolar, até problemas emocionais que podem gerar insegurança, baixa autoestima, desencadeamento de tendência à depressão até mesmo, tentativas e consumação de suicídio por parte das vítimas. Quanto aos agressores, estes podem apresentar tendência para se tornarem adultos antissociais, considerando-se até mesmo quadros de delinquência.

O bullying está associado a efeitos negativos à saúde mental, social e física da vítima e do agressor, como: depressão, ansiedade, solidão, baixa escolaridade, desempenho escolar insuficiente, desajustes sociais, alto risco para abuso de substâncias, danos pessoais e suicídio são algumas das consequências que este comportamento pode ocasionar (GRANADO *et al.*, 2021).

O bullying desencadeia problemas físicos e até psicológicos, como exemplo anorexia e depressão. No ambiente familiar pode despertar o isolamento, assim como a perda de apetite, contribuindo para a queda de rendimento escolar e que em alguns casos tem se consumado no ato mais deplorável que é o suicídio. Logo, o bullying é um problema social que poderá ser trabalhado objetivando melhor relacionamento entre os adolescentes e como resultado satisfatório proporcionar a harmonia entre os pares na sociedade e seio familiar (SILVA, 2021).

Granado *et al.* (2021) apontam que o fenômeno bullying está fortemente presente nas relações entre alunos. A literatura mostra que este comportamento pode desencadear consequências negativas aos envolvidos, principalmente o transtorno depressivo. Para os autores é de extrema importância que este tema se torne pauta das discussões nos contextos de saúde, escolares, políticos, familiares e comunitários para maior engajamento na prevenção e enfrentamento desse comportamento que pode desencadear sérias consequências aos jovens.

Nota-se que o bullying pode trazer consequências devastadoras para a vida da criança e do adolescente, dessa forma o poder público precisa angariar meios de amparar a escola na busca constante em combater o bullying. Assim, no próximo tópico será apresentada a legislação que dá respaldo para escola e professores no combate ao bullying.

3.3 Legislação aplicável ao combate do bullying

A Lei nº 13.277 de 29 de abril de 2016, instituiu o dia 7 de abril como o dia nacional de combate ao bullying e à violência na escola, esse dia foi instituído como uma iniciativa para chamar a atenção para os problemas causados pelo bullying e estimular a reflexão sobre o tema. A escolha dessa data se deu pois em 07 de abril de 2011 a Escola Municipal Tasso da Silveira, no bairro Realengo, Rio de Janeiro, foi invadida por um antigo aluno, vítima de bullying, que, portando duas armas de fogo, assassinou 12 adolescentes entre 13 e 15 anos, deixando outras 22 pessoas, entre alunos e professores, feridos. A prefeitura do Rio de Janeiro homenageou às vítimas dando seus nomes a doze creches da cidade (BRASIL, 2021b).

Dada a gravidade e abrangência do fenômeno bullying, uma política nacional de enfrentamento estipula que as instituições escolares devem viabilizar medidas protetivas contra a violência, assim, a Lei no 13.185/2015 preconiza uma intimidação sistemática como política nacional de enfrentamento a essa prática, exigindo que as instituições assegurem medidas de conscientização e combate à violência e à intimidação sistemática (DEL PONTI; MORAES; DEL PRETTE, 2020). A referida lei apresenta oito artigos, os quais caracterizam o bullying e preveem que os educadores recebam orientações para agir ativamente contra essa prática e controlar a violência dentro da escola (FERREIRA, 2019).

A Lei Federal nº 13.185, de 6 de dezembro de 2015, instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying) no Brasil, definindo o que é bullying. A Lei nº 13.277 de 29 de abril de 2016, instituiu o dia 7 de abril como o dia nacional de combate ao bullying e à violência na escola, esse dia foi instituído como uma iniciativa para chamar a atenção para os problemas causados pelo bullying e estimular a reflexão sobre o tema. A escolha dessa data se deu pois em 07 de abril de 2011 a Escola Municipal Tasso da Silveira, no bairro Realengo, Rio de Janeiro, foi invadida por um antigo aluno, vítima de bullying, que, portando duas armas de fogo, assassinou 12 adolescentes entre 13 e 15 anos, deixando outras 22 pessoas, entre alunos e professores, feridos. A prefeitura do Rio de Janeiro homenageou às vítimas dando seus nomes a doze creches da cidade (BRASIL, 2021b).

A Lei Federal nº 13.185, de 6 de dezembro de 2015, instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying) no Brasil, definindo o que é bullying.

Considera-se *bullying* todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (Lei Federal nº 13.185/2015, Art. 1, §1).

A partir da Lei nº 13.185/2015 foram instituídos importantes objetivos que mostram caminhos mais corretos a serem seguidos a fim de combater o bullying. No âmbito escolar, o objetivo é capacitar os docentes e as equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema (BRASIL, 2021b).

O artigo 2º dessa lei considera bullying quando há intimidação; humilhação; discriminação; ataques físicos; insultos pessoais; comentários sistemáticos e apelidos pejorativos; ameaças por quaisquer meios; grafites depreciativos; expressões preconceituosas; isolamento social consciente e premeditado e pilhérias.

Já o artigo 3º dessa lei aponta as diferentes ações de bullying, exemplificando como esses atos podem ser classificados:

Art. 3º A intimidação sistemática (*bullying*) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

I - **Verbal**: insultar, xingar e apelidar pejorativamente; II - **Moral**: difamar, caluniar, disseminar rumores; III - **Sexual**: assediar, induzir e/ou abusar; IV - **Social**: ignorar, isolar e excluir; V - **Psicológica**: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar; VI - **Físico**: socar, chutar, bater; VII - **Material**: furtar, roubar, destruir pertences de outrem; VIII - **Virtual**: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social (LEI 13.185/2015, grifo nosso).

Nesse sentido, a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), foi alterada em 2018 pela Lei nº 13.663/2018 que incluiu em seu Artigo 12, o inciso 9, determinando que estabelecimentos de ensino, terão a incumbência de promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente o bullying, no âmbito das escolas.

As legislações servem de respaldo legal para tomada de decisão de escolas e professoras, dessa forma, nota-se que, trazer esse tema para o âmbito da LDB reforça ainda mais as ações de combate ao bullying no ambiente escolar e com profissionais da educação. No tópico a seguir

será apresentada as atuações e intervenções que escolas e professores devem ter no trato aos casos de bullying escolar.

3.4 Atuação e intervenções da escola e professores no combate ao bullying

“A escola pode ser um espaço, tanto acolhedor, quanto excludente” (FERREIRA, 2019, p. 70). A escola pode influenciar, seja de forma positiva ou negativa, às pessoas. Quando positiva, essas atitudes intervêm nos atos de bullying, buscando conscientização no ambiente escolar. Quando negativa, baseia-se na negligência dessas intervenções escolares aumentando cada vez mais o adoecimento do sujeito (SOARES *et al.*, 2021).

Nesse sentido, o artigo 5º da Lei Federal nº 13.185/2015 assevera que é dever do estabelecimento de ensino, assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao bullying, assim as escolas devem ter uma fiscalização de forma mais cautelosa. É necessário observar quando a brincadeira passa do limite e se transforma em crime. No entanto, Zequinão *et al.* (2016) enfatiza que alguns estudos indicaram que muitos professores e funcionários da escola são omissos perante comportamentos violentos na escola.

Para Trevisol e Campos (2016), o ambiente escolar se caracteriza como um local privilegiado para se refletir sobre as relações sociais que envolvem crianças e jovens, pais e filhos, educadores e educandos. Dessa forma, é também na escola que fatores como a socialização, a promoção da cidadania e o desenvolvimento pessoal podem modificar-se tanto positiva quanto negativamente. Assim, professores precisam estar preparados para propor intervenções direcionadas para a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento, em contexto formal e informal, em particular aquelas que envolvem mediação de interações entre os alunos (DEL PONTI; MORAES; DEL PRETTE, 2020).

Os espaços em que a agressão ocorre no recinto escolar devem ser notórios para a gestão da escola, pois as ações de intolerância se desenvolvem em todos os locais, porém as vítimas citam que os dois espaços que mais ocorrem às ações agressivas são: o pátio, no momento do intervalo das aulas, e na sala de aula, nesta última com menor ocorrência mediante a presença do professor, mas quando o docente se ausenta por segundos ou até mesmo em momentos de atividades interativas, colegas desenvolvem atos agressivos (SILVA, 2021).

Há três formas de se tratar o bullying dentro das escolas: a repressiva, que propõe a busca a instâncias penais, abandonando o processo pedagógico; a patológica, que atua sobre a violência com olhar clínico e a do diálogo, que trata a violência como algo a ser combatido com

conversas, como um conteúdo pedagógico (FERNANDES; YUNES; TASCHETTO, 2017). A terceira forma é a maneira mais eficaz pois a escola e professores devem prevenir atitudes violentas, estimulando o desenvolvimento de hábitos e habilidades que propiciem saúde física e mental, promovendo a capacidade do indivíduo em lidar com problemas. Assim, é preciso aos professores atuarem como agentes de proteção, que modificam condições de risco a que estão expostos crianças e adolescentes vitimados pelo bullying (YUNES; FERNANDES; WESCHENFELDER, 2018).

Sendo o bullying um fenômeno social que se propaga no ambiente escolar cabe à escola por sua vez, buscar conhecer o aluno e o contexto no qual o indivíduo está inserido; para que meios internos sejam desenvolvidos, buscando a formação social e que ela se iguale com a formação intelectual. Essa ação “implica na valorização das vivências adquiridas no ambiente familiar e na comunidade a qual o praticante e ou a vítima do bullying faz parte” (SILVA, 2021, p. 74).

Dessa forma, o combate ao bullying deve começar em casa, com a devida educação e repasse de valores éticos e morais aos filhos, mas quando isso não é suficiente cabe à escola promover essa reflexão (TREVISOL; CAMPOS, 2016). Para os autores, a responsabilidade de combater o bullying, não deve ser totalmente delegada nem à família, nem à escola, mas sim que ambas devem buscar meios de orientar as crianças e os adolescentes perante tal problemática, constituindo-se o diálogo numa ferramenta de extrema importância tanto para o esclarecimento de dúvidas em relação ao fenômeno bullying quanto para a relação de confiança que deve haver entre aluno, professor, filhos e pais, para que o aluno sinta-se seguro e encorajado a agir do modo mais habilidoso possível perante tais situações.

Nesse mesmo sentido de colaboração entre família e escola, Santos *et al.*, (2021) explicam que a redução das ocorrências de bullying pode nascer a partir do trabalho conjunto entre família e escola, respeitando sempre os direitos de todos, criando diferentes espaços para crianças e adolescentes se expressarem, combatendo a qualquer tipo de discriminação, estimulando às relações seguras, estáveis e amparadoras entre crianças, pais e professores, buscando sempre o desenvolvimento das habilidades de vida em crianças e adolescentes.

O papel da escola é conscientizar os alunos e despertar o interesse nestes para com ações que eliminem atitudes agressivas no recinto escolar que pode ser executado por meio de projetos antibullying com a participação da comunidade. Concretizando a interação entre escola e comunidade pois a construção de uma escola segura corresponde com um ambiente educacional

que não há ações agressivas e que prevaleça a prática do respeito entre os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem (SILVA, 2021).

Menegotto e Machado (2018) informam que a escola é um campo fértil para a propagação do bullying, pois reúne diferentes pessoas e agrupamento de pessoas. Nesse sentido, Silva, Mota e Campos (2019) apontam que a participação de professores no processo educacional deve envolver a investigação sobre a própria realidade, partindo de valores e do cotidiano. No entanto, Ventura, Vico e Ventura (2016) apontam que professores em formação inicial não estão preparados para lidar com o bullying no meio educacional.

No ambiente escolar, professores deparam-se, cotidianamente, com situações de bullying, o qual geralmente constituem ou alimentam uma condição de risco, que pode levar o indivíduo a apresentar desordens psicológicas, sociais e cognitivas de diversos níveis (FERNANDES; YUNES; TASCETTO, 2017). Assim, como exemplo de ações de combate ao bullying na escola, temos o desenvolvimento de políticas de qualidade relacionadas ao bullying, regras disciplinares dentro e fora da sala de aula, e parcerias com forças de lei voltadas para a saúde mental, visando identificar e tratar os casos de bullying (SOARES *et al.*, 2021).

Ferreira (2019), ressalta que para que professores possam determinar atitudes de bullying na escola, se faz necessário o preenchimento de alguns critérios. Sendo bullying quando há intencionalidade em causar dano; existe continuidade e repetições das agressões contra a(s) vítima(s); ausência de motivação para os ataques; desequilíbrio nas relações; relações de poder e força entre os envolvidos, a vítima é prejudicada (faltas frequentes, baixo rendimento escolar, baixa autoestima, medo, evasão escolar).

Nesse sentido, Sousa e Tomasi (2020) apontam que a violência na escola inclui também situações mais sutis, como atos de discriminação, preconceito, exclusão ou violência simbólica, muitas vezes cometida pela própria instituição educativa. Nesse contexto apresentado pelos autores, depreende-se, que a escola não é só o lugar onde explode a violência, ela participa, também de sua gênese exercendo sobre os indivíduos algum tipo de pressão.

Na escola, as crianças desenvolvem os primeiros relacionamentos além da sua família. Para tanto, é necessário que a instituição escolar saiba estabelecer comparativos para distinção do bullying e de outras violências escolares, valorizando a solidariedade e a tolerância, para que tais valores sejam trabalhados com os alunos, mesmo quando pequenos (SANTOS *et al.*, 2021).

Fernandes, Yunes e Taschetto (2017) denotam que mesmo provocando males, a família e a escola não têm valorizado a gravidade do bullying, ao entenderem que as agressões são

apenas brincadeiras típicas da idade. Dessa maneira, muitos professores não intervêm durante os episódios violentos presenciados no ambiente escolar. No entanto, Menegotto e Machado (2018, p. 324) enfatizam que “cabe à escola não permitir a banalização da violência e a omissão dos adultos diante de situações de bullying entre os alunos”.

Dessa forma, é imperioso que a equipe que atua no meio escolar observe as ações e atitudes dos alunos, visando meios de atuar como mediadores para favorecer o diálogo em relação à aceitação às diferenças. Pois na visão de Sousa e Tomasi (2020):

É na escola que são produzidas em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente pelo conjunto dos homens. A educação é entendida como uma mediação no interior da prática social, demonstrando assim, que por mais que suas práticas sejam limitadas e que uma única escola, não possa acabar de uma vez com o problema do bullying, ela deve permanecer atenta e disposta ao enfrentamento, como uma atividade contínua. Além disso, embora esse fenômeno seja recorrente em diversos locais, como em instituições de vários tipos, como na família, nas faculdades, no trabalho, é principalmente nas escolas, sobretudo nos ensinamentos fundamental e médio, públicas e privadas, que ele ocorre e embora já existam inúmeros estudos e até propostas de enfrentamento, o *bullying* ainda é um problema longe de ser resolvido ou mesmo minimizado (SOUSA; TOMASI, 2020, p. 2825).

Fernandes, Yunes e Taschetto (2017) enfatizam que professores devem atuar no desenvolvimento saudável do educando e de outros adolescentes envolvidos em situação de violência. Para os autores, professores devem atuar como agentes de proteção e tutores de desenvolvimento, ensinando e promovendo ações, principalmente, por meio do diálogo e mediação de conflitos.

Silva *et al.* (2021) esclarecem que um dos caminhos para o entendimento sobre os processos do bullying escolar é a identificação das percepções dos professores sobre o fenômeno, considerando sua produção e reprodução no próprio espaço onde ocorre. Essa é uma percepção relevante, considerando que professores são mediadores implicados na situação das agressões e na forma como o evento é tratado. Muitos professores parecem acreditar que a violência escolar é oriunda de evento externo, desconexo da escola, atribuindo aos aspectos sociais e individuais as motivações dos atos de violência, sem a percepção da função social da escola, o que demonstra uma compreensão fragmentada sobre a realidade dos alunos (SILVA *et al.*, 2021).

Muitos professores encontram dificuldades para lidar com os conflitos na sala de aula, sendo eles próprios, por diversas vezes, vítimas de comportamentos inadequados dos alunos. Por se encontrarem próximos dos estudantes, professores ocupam posição privilegiada na

observação das formas de socialização entre os alunos. Dessa forma, o crescimento expressivo do bullying nas escolas, indica ser necessário intensificar as reflexões sobre as causas, as formas de expressão e sob qual perspectiva os professores buscam equacionar os encaminhamentos dados pela escola (SILVA *et al.*, 2021).

Além das questões estabelecidas no processo ensino-aprendizagem, o professor, no ambiente onde se estabelecem os conflitos, deve estar vinculado à detecção e à mediação dos atos violentos, bem como para a execução de ações preventivas no que tange a dinâmica do bullying. É esse profissional quem apresentará, por meio de diálogo, a temática bullying. O professor também deve apresentar as condições para que os estudantes possam desenvolver habilidades adequadas frente ao bullying e então adotar comportamentos mais assertivos e positivos, a fim minimizar os efeitos nocivos desse tipo de violência, destarte, reduzindo sua incidência no espaço escolar (QUARANTA *et al.*, 2020, p. 115).

Professores desempenham um papel fundamental na gestão e na prevenção de bullying ou quaisquer outros conflitos entre os alunos. Esses profissionais nem sempre conseguem identificar as situações mais sutis do bullying ou, quando percebem essas e outras ocorrências do problema, decidem não intervir, algumas vezes por considerarem serem eventos típicos da faixa etária. Deste modo, muitos agressores não são responsabilizados pelos atos que praticam, o que acaba reforçando seus comportamentos e aumentando os índices de intimidação de forma permanente (QUARANTA *et al.*, 2020).

Del Ponti, Moraes e Del Prette (2020) enfatizam que as intervenções mais eficientes são aquelas mediadas por professores, no entanto, as autoras apontam que na bibliografia existem poucas pesquisas acerca das intervenções efetuadas juntos aos docentes com o objetivo de combater o bullying.

Diante desse cenário é de fundamental importância que se realizem pesquisas que permitam definir sua incidência, suas possíveis causas, conhecer as situações que ocorrem com mais frequência nas escolas e as intervenções que podem ser feitas nesses casos. Essas informações podem auxiliar no enfrentamento desse problema que tanto afeta alunos de todas as idades, bem como impulsionar a comunidade escolar, assim como os pais, a buscarem ações educativas eficientes no combate ao bullying (SOARES *et al.*, 2021).

Zequinão *et al.* (2016) aponta que só com a participação de todos os agentes educativos é que se torna possível combater o bullying nas escolas. Dessa forma, o fortalecimento das relações entre a escola e os alunos, e um maior preparo dos professores e funcionários para combater todos os tipos de agressão são extremamente necessários para tentar diminuir os

efeitos dos fatores de risco aos quais esses alunos estão expostos. Por fim, Quaranta *et al.* (2021) enfatiza que são importantes que sejam criados projetos de intervenção que focalizem na capacitação de professores para que esses reconheçam o bullying afim de que possam atuar de maneira efetiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo geral apresentar como professores e as escolas podem atuar no combate a prática do bullying em ambientes escolares. Foram definidos como objetivos específicos: definir conceitos sobre bullying; apresentar em quais situações o bullying acontece no ambiente escolar; levantar a legislação sobre bullying, verificar quais as consequências do bullying na vida de crianças e jovens e descrever as intervenções que a escola e os professores devem fazer quando vislumbrarem casos de bullying escolar. O problema de pesquisa se encontrava em descobrir como professores podem colaborar para coibir a prática de bullying nas escolas? Dessa forma, os achados da pesquisa permitiram responder ao problema de pesquisa, o alcance dos objetivos estabelecidos e a confirmação da hipótese levantada.

É fato que escolas devem zelar pela integridade física e psicológica de seus alunos, dessa forma o enfrentamento do bullying precisa ser contínuo e prolongado pois é insuficiente levar até o conhecimento dos alunos a definição de bullying, suas formas de manifestações e ensiná-los a não o praticar. É necessário mesmo que as escolas e professores lutem para que a educação desenvolva nos alunos uma postura responsável, de respeito ao próximo e de paz e que, principalmente, respeite a diversidade que forma a sociedade brasileira e se reflète no ambiente escolar.

Diante de tal fenômeno crescente, compreendemos que a escola tem o grande desafio de estimular a formação de posturas mais solidárias, colaborativas e cordiais, com vistas a possibilidade de convivência humana mais harmoniosa. Tais ações são necessárias para que a escola consiga transformar as relações sociais existentes em seu interior e considere os efeitos do bullying não apenas como um problema dos estudantes, mas ressignifique a relação com os professores, comunidade escolar e familiar.

Quanto as motivações para escrita desse trabalho, enquanto Inspectora Educacional da Secretaria Municipal de Educação no Município de Arraias-TO, tenho ouvido reiteradas vezes relatos de educadores quanto a prática do bullying no ambiente escolar e notado que, por diversas vezes, muitos professores não conseguem atuar para coibir esse tipo de atitude, e muito

se dá por não ter tido acesso a nenhum tipo de curso ou capacitação concernente a essa área. Vale ressaltar que com a chegada da pandemia da COVID-19 e consequentemente suspensão das aulas presenciais, a modalidade de cyberbullying se intensificou.

Frente a isso, diversos autores apontam que muitos professores não estão preparados para lidar com o fenômeno bullying, dessa forma é imperioso a necessidade dos cursos de graduação organizarem propostas curriculares que subsidiem a prática dos futuros profissionais, para conhecer e debater cientificamente não somente sobre o bullying, mas sobre todos os tipos de violência que podem ocorrer no ambiente escolar e que, consequentemente, são relativos às relações interpessoais que ocorrem nesse ambiente, com o propósito de que estratégias e intervenções dos profissionais que atuam na escola tornem-se mais eficazes e consigam prevenir a ocorrência de tais situações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.185 de 6 de novembro de 2015. **Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)**. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.277, de 29 de abril de 2016. **Institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Lei n. 13.663 de 14 de maio de 2018. **Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Bullying e violência: desafios nas escolas brasileiras**. 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/bullying-e-violencia-desafios-nas-escolas-brasileiras>. Acesso em 27 jun. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Dia Nacional do combate ao Bullying e à Violência na Escola em destaque**. 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/dia-nacional-do-combate-ao-bullying-e-a-violencia-na-escola-em-destaque-1>. Acesso em 28 jun. 2021.

DEL PONTI, F. S.; MORAES, P. E. H.; DEL PRETTE, Z. A. P. Bullying e habilidades sociais educativas: avaliação dos professores e alunos. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 37, n. 114, p. 286-298, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862020000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 19 jun. 2021.

DUBOC, M. J. O et al. Bullying e desempenho escolar: leituras e compreensões. **Revista Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, Guarulhos, v. 9, n. 1, p. 21–37, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/11470>. Acesso em: 11 jul. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição - São Paulo, Atlas, 2002.

GRANADO, L. N. et al. Prevalência de sintomas depressivos em adolescentes agressores e vítimas de bullying. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 6027-6049, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/26712/21162>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FERNANDES, G.; YUNES, M. A. M.; TASCETTO. Bullying no ambiente escolar: o papel do professor e da escola como promotores de resiliência. **Revista Sociais & Humanas**, Santa Maria, v. 30, Nº 3, p. 141-154. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaishumanas/article/view/27701>. Acesso em 25 mai. 2021.

FERREIRA, C. C. M. **A Produção de sentidos sobre o Bullying entre professores/as no cotidiano escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, RS. 137 p., 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19714>. Acesso em 26 jun. 2021.

MENEGOTTO, L. M. O; MACHADO, I. Bullying escolar na perspectiva dos professores. **Revista Estudos e pesquisas psicológicas**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 321-340, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 27 mai. 2021.

QUARANTA, G. F. et al. Bullying Escolar: Avaliação de uma intervenção realizada com professores de uma escola da capital brasileira. **Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção Saúde**, Recife, v. 4, n. 2, p. 109-116, 2020. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/redcps.com.br/pdf/v5n2a07.pdf>. Acesso em 13 jul. 2021.

REVISTA VEJA. **Bullying: 1 em cada 5 crianças pensa em suicídio depois da agressão**. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/alerta-1-em-cada-5-criancas-pensa-em-suicidio-por-causa-do-bullying/>. Acesso em 2 mai. 2021.

SANTOS, A. O. P. et al. O bullying na primeira infância: revisão integrativa da literatura. **Revista Educação Especial**, São Paulo, v. 34, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/61898/pdf>. Acesso em 10 jul. 2021.

SILVA, A. C. F. *Bullying* e seus reflexos no ambiente escolar. **Revista Ilustração**, Cruz Alta, v. 2, p. 1, p.73-78, 2021. Disponível em: <http://journal.editoraillustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/64>. Acesso em: 9 jul. 2021.

SILVA, V. C.; MOTA, R. M. F.; CAMPOS, M. G. Bullying e Processos de Escolarização: Diálogos e Perspectivas Pedagógicas. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, Londrina, v. 20, n. 3, p. 237-245, 2019. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/ensino/article/view/6871>. Acesso em: 02 mai. 2021.

SILVA, L. M. et al. Percepção de professores acerca do bullying. **Revista Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, Guarulhos, v. 9, n. 1, p. 170-190, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/11180>. Acesso em: 17 jun. 2021.

SOARES, M. M. L. et al. Bullying na Escola: brincadeira ou agressão? **Revista Conexão com Ciência**, Crateús, n. 3, v. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/conexaocomciencia/article/view/5296/4458>. Acesso em 29 jun. 2021.

SOUSA, A. K.; TOMASI, A. R. G. Bullying no ensino médio: a percepção de alunos e professores. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 2807-2829, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/6192/5512>. Acesso em 29 abr. 2021.

TREVISOL, M. T. C.; CAMPOS, C. A. Bullying: verificando a compreensão dos professores sobre o fenômeno no ambiente escolar. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 275-283, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/PFyPKw5zCnZjJ6RZghkzvrz/?lang=pt&format=html>. Acesso em 29 jun. 2021.

VALLE, J. E.; WILLIAMS, L. C. A. Engajamento Escolar: Revisão de Literatura Abrangendo Relação Professor-Aluno e Bullying. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 37, p.1-13, 2021.

VENTURA, A.; VICO, B. P.; VENTURA, R. Bullying e formação de professores: contributos para um diagnóstico. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 93, p. 990-1012, 2016.

YUNES, M. A. M.; FERNANDES, G.; WESCHENFELDER, G. V. Intervenções psicoeducacionais positivas para promoção de resiliência: o profissional da educação como tutor de desenvolvimento. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 83-92, 2018.

ZEQUINÃO, M. A. et al. Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 181-198, 2016.

Recebido em agosto de 2021

Aprovado em novembro de 2021

Publicado em dezembro de 2021